

A LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO COMO RECURSO DE RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE LINGUÍSTICA

Marina Grilli¹

INTRODUÇÃO

O projeto colonial no Brasil teve início no século XVI e, desde então, o país vem alternando entre períodos de maior e menor dependência econômica e epistemológica dos países hegemônicos. Entretanto, essa dependência nunca acabou por completo. O projeto colonial segue funcionando a pleno vapor, e uma de suas múltiplas facetas é a colonialidade linguística.

O objetivo deste artigo é estabelecer relações entre a colonialidade linguística, conforme ela se apresenta no Brasil do século XXI, e a grande resistência de determinados setores da sociedade brasileira quanto à proposta de uma linguagem neutra de gênero. Essas relações serão desenhadas a partir de uma revisão bibliográfica que explicita traços em comum entre a teoria da decolonialidade proposta a partir do Sul global, a teoria feminista e as teorias críticas da linguagem.

Parte-se do princípio de que vivemos sob a imposição colonial moderna de um sistema de gênero “permeado pela lógica moderna da dicotomização”, no qual se faz necessário “decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940).

A ELITE COLONIAL E SUA IDEOLOGIA

Vamos começar analisando de que forma a ideologia colonial se faz presente no Brasil de hoje.

¹ Mestra em Letras e Doutoranda em Educação pela USP, atualmente bolsista do CNPq. E-mail: marina@educacaolingustica.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6324-7030>

Conforme define Sabrina Fernandes (2020, p. 104), o Brasil é um país de capitalismo dependente, o que significa que “sua indústria nacional é subdesenvolvida, e seu desenvolvimento econômico é atrasado e com demasiado foco em exportação de matéria-prima, o que afeta a autonomia nacional”. Portanto, ainda que exista um grupo hegemônico no Brasil – como não poderia deixar de ser, em um país de tamanhas desigualdades sociais –, esse grupo está subordinado aos interesses dos países desenvolvidos.

Ora, como bem sabemos, os países desenvolvidos têm promovido o apagamento dos sistemas de conhecimento e cultura de matriz não europeia desde o início da colonização das Américas e da escravização dos povos africanos. Conforme argumenta Freire (2018, p. 30), a proposta inicial das escolas jesuítas no Brasil não era disseminar o conhecimento e os valores europeus, e sim, impor a língua portuguesa, em nome da construção de uma identidade nacional.

O fato de a língua que falamos no Brasil ser denominada “português” ainda hoje é o mais explícito reflexo da ideologia colonial que se instalou por aqui. Essa denominação desconsidera por completo a miscigenação nada pacífica de línguas e culturas que resultou na formação do Brasil enquanto território nacional, e exalta unicamente a contribuição dos perpetradores dessa violenta miscigenação.

Em pleno século XXI, a ideologia ultraconservadora vem ganhando cada vez mais força no Brasil, conforme demonstram as sucessivas guinadas à extrema-direita na política marcadas por dois recentes golpes: o injustificado impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão sem provas do ex-presidente Lula em 2018, impedindo-o de concorrer à presidência no mesmo ano.

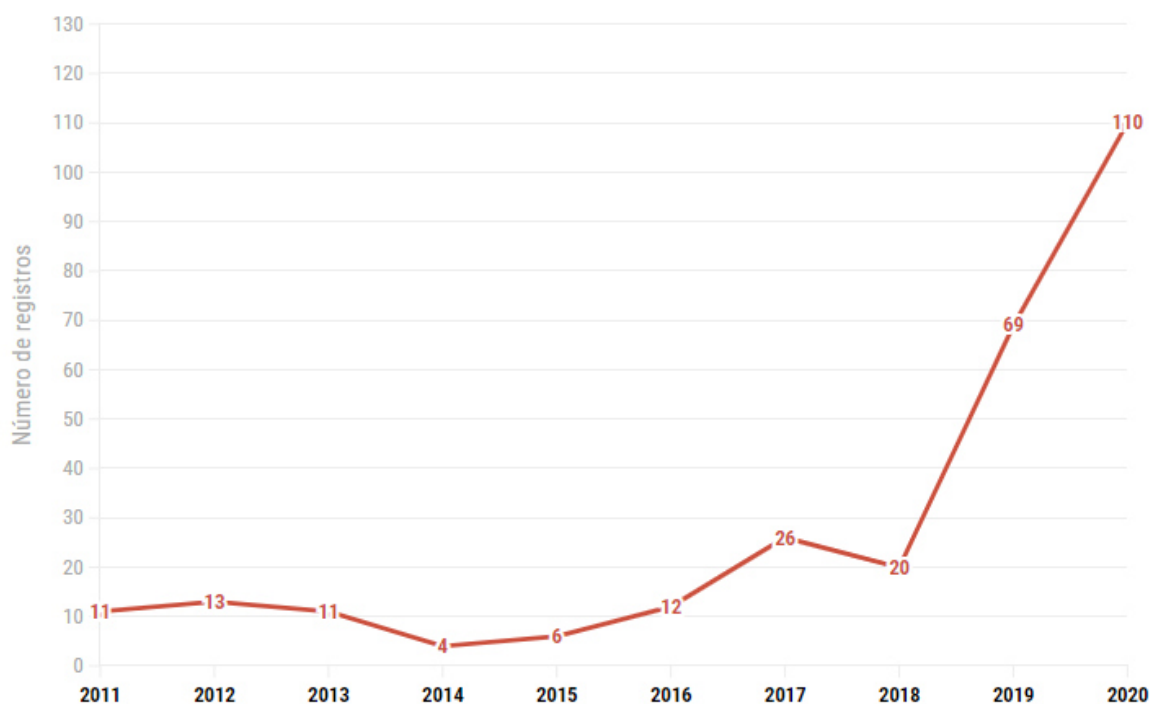
Com o princípio de uma autonomia das classes trabalhadoras em relação aos grupos que sempre as exploraram, simbolizado pelo aumento do poder de compra e, portanto, de decisão dessas classes, a resposta das elites veio na forma do silenciamento de líderes populares enquanto se

exaltavam práticas de tortura e execução – tudo isso muito bem amarrado por *fake news*, embasadas na ideologia favorável a essas elites.

Como resultado, voltaram a crescer o genocídio negro por parte do aparelho repressor do Estado, a intolerância religiosa por parte de grupos cristãos e a porcentagem de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza. Para citar apenas um dos alarmantes dados decorrentes da ofensiva da extrema-direita no Brasil desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o gráfico representado na figura 1 mostra um crescimento de 900% nas denúncias de apologia ao nazismo entre os anos de 2018 e 2020.

Casos de apologia ao nazismo no Brasil

Na última década, a PF aponta um crescimento de 900% das denúncias



FONTE: Polícia Federal. • O ano de 2021 não foi contabilizado pois o período ainda não está completo



Figura 1. Vertiginoso aumento dos casos de apologia ao nazismo no Brasil entre 2018 e 2020.
Fonte: CNN Brasil².

Enquanto isso, permanece sendo sistematicamente negado o acesso desse povo empobrecido e marginalizado às formas de expressão que lhes poderiam conferir alguma dignidade. As artes visuais de rua ainda são

² Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/casos-de-apologia-ao-nazismo-aumentam-900-em-dez-anos-de-acordo-a-pf/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

malvistas nas grandes cidades brasileiras. Na música, atraíram a desaprovação das elites primeiro o samba, depois o rap, e hoje, o funk. As opções de lazer na periferia não recebem a devida manutenção do Poder Público.

Já na educação, o sucateamento do sistema público de ensino divide espaço com a normatização dos saberes que crianças e adolescentes devem possuir, e dos procedimentos que devem ser capazes de executar. Por trás de tais decisões, seja controlando os grandes conglomerados do ensino privado, seja trocando favores com o governo em nome desses mesmos conglomerados, está posicionada a elite brasileira – aquela mesma que só se mantém no poder devido a estar submetida às vontades dos países hegemônicos, imperialistas, numa relação de dominação econômica e militar.

O reacionarismo da língua deflagra uma situação de fascismo social, definido por Sousa Santos (2007, p. 80) como “um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca”.

Também, o fascismo social admite ao menos três formas. A primeira delas é o fascismo do apartheid social, que divide as zonas urbanas entre selvagens e civilizadas; a segunda é o fascismo contratual, decorrente do “projeto neoliberal de transformar o contrato de trabalho em um contrato de direito civil como qualquer outro”, de modo que o trabalhador acabe por aceitar as condições impostas pelo empregador. E a terceira forma é o fascismo territorial, que ocorre quando grupos privilegiados dentro de uma sociedade tomam do Estado o controle do território onde atuam (SOUSA SANTOS, 2007).

A colonialidade linguística, enquanto ideologia que trabalha no sentido de negar ao povo a autonomia sobre suas formas de expressão verbal, se relaciona à primeira forma de fascismo social: a norma imposta pela elite é civilizada, e qualquer outra variante, organizada ou não, regulamentada ou não, adquire o caráter de selvagem.

IDENTIDADE, ALTERIDADE E LÍNGUA

Freud, e posteriormente Lacan, já trabalhavam com a ideia de que o sujeito se constitui através da linguagem. Conforme explicam Souza e Danziato (2014, p. 55), a noção de identificação nesses autores “está presente desde a própria constituição do sujeito, e daí em diante como modo de operação do desejo na tessitura de uma realidade inconsciente que se encena produzindo efeitos sobre o eu”.

Dessa maneira, a linguagem molda as visões de mundo do sujeito e suas possibilidades de compreensão desse mundo. Isso acontece porque o ser humano sente necessidade de nomear as coisas que percebe. Quase não há diferença entre os atos de perceber e de nomear.

Entretanto, a filósofa Judith Butler (1990) observa que o sujeito não é meramente determinado pelas regras externas que o constituem: para constituir um sujeito, não basta a nomeação externa, isto é, a determinação das características pelo Outro. Em vez disso, a construção de identidade é um processo regulado de repetição, ou melhor, de adaptação repetida a categorias predefinidas. Em outras palavras, nenhuma das categorias que conhecemos é natural: todas elas são invenções humanas.

As línguas são um exemplo de invenção humana. Canagarajah (2013) afirma que as línguas foram inventadas, isto é, categorizadas enquanto unidades em separado umas das outras, a fim de estabelecer uma conexão entre sujeito, nação e território. Portanto, o pertencimento a uma categoria de identidade nacional seria – como é, até hoje – atrelado à língua em que cada falante se expressa. A invenção das línguas foi fundamental para a invenção da identidade nacional do país-colônia que se constituía.

Enrique Dussel, já em 1986 (p. 198), pontuava que a aceitação de outrem enquanto outrem constitui, em si, uma opção ética: uma opção que pressupõe negar a si como totalidade, e, em vez disso, afirmar sua finitude. Virkama (2010) chama a esse processo *from othering to understanding*: é um processo que parte da compreensão dos limites de si mesmo e dos limites do outro para, então, chegar à compreensão desse outro.

Dussel (1986), desse modo, propõe o termo *analética* em oposição a *dialética*. Segundo o autor, toda dialética “tem como fundamento a identidade do ser e a totalidade, isto é, o movimento dialético é o desenvolvimento de ‘o mesmo’” (DUSSEL, 1986, p. 215). O método analético, por sua vez, não parte de si enquanto totalidade. Cleto (2019, p. 432) define a analética “como a passagem ao justo crescimento da totalidade desde o outro, existindo para contribuir criativamente com a libertação dos oprimidos”.

Os estudos decoloniais vêm denunciando a não aceitação, pelos grupos vindos de Portugal, dos saberes ameríndios e africanos enquanto saberes e de suas línguas como línguas (cf. MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2009; VERONELLI, 2015). Na mentalidade colonial, não existe a alteridade (ou outridade) conforme definida por Bakhtin (1997 [1979]), isto é, a constituição do sujeito a partir de sua relação com outros sujeitos – porque não existem outros sujeitos que não os europeus, mas apenas objetos a serem analisados e julgados do ponto de vista europeu. Não existe qualquer possibilidade de execução do movimento *from othering to understanding*.

A marginalização do conhecimento, da cultura e das linguagens de expressão popular persiste na norma linguística imposta ao povo brasileiro como única correta. Assim como ocorreu com as línguas dos povos nativos e africanos durante a colonização, qualquer variante à norma imposta é, ainda hoje, desconsiderada enquanto opção epistêmica, isto é, enquanto passível de transmitir conhecimento válido. Nas palavras de Sousa Santos (2007, p. 73), os conhecimentos dos ditos selvagens “desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso”.

O PORTUGUÊS BRASILEIRO: SISTEMA, DISCURSO E IDEOLOGIA

O projeto europeu de invenção das línguas determinou que só eram línguas válidas aquelas que tivessem um sistema de escrita e regras gramaticais bem definidas (VERONELLI, 2015). O Padre Antônio Vieira, um

dos mais conhecidos missionários jesuítas nas terras brasileiras, chegou a referir-se aos modos de expressão verbal dos nativos como “as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler, nem escrever” (2000, p. 429). E o jesuíta João Daniel (1976, p. 227) afirmava que a única forma – ou, ao menos, a mais rápida e mais fácil – de civilizar os índios e torná-los humanos se daria por meio da língua portuguesa.

No entanto, a imposição da língua portuguesa por aqui não teria tido tamanho êxito, que perdura até os dias de hoje, sem o apoio da elite brasileira, sempre subordinada às elites dos países hegemônicos. À violenta repressão das línguas indígenas (cf. FREIRE, 2018) desde o início da colonização, juntou-se o desprezo pelos falares de origem africana. Já em 1984, a teórica feminista Lélia Gonzalez cunhou o termo “pretuguês” para referir-se à variante linguística falada pelas massas, de forte influência africana.

Constituiu-se, assim, uma língua brasileira, sobre as bases da língua trazida de Portugal, das muitas línguas vindas de África e das muitas mais já existentes em território americano à época. Mas qual foi o nome dado a essa língua? Em mais uma das violentas tentativas de repressão e silenciamento dos saberes não brancos, dos povos ditos incultos, bárbaros, inferiores, a língua construída sobre a exploração de seus corpos e a colonização de seus modos, foi chamada português!

Há quem insista em argumentar que, se o sistema de regras que prevaleceu foi aquele oriundo de Portugal, e se até hoje é possível nos comunicarmos com nativos daquele país sem muita dificuldade, está correta a afirmação de que a língua oficial do Brasil de hoje é o português.

O problema é que essa afirmação não considera a língua em todas as suas dimensões.

Kumaravadivelu (2006) distingue três dimensões da língua: a língua como sistema, a língua como discurso e a língua como ideologia. Do ponto de vista da língua como sistema, ela se divide em três grandes subsistemas: fonológico, semântico e sintático. O precursor dessa concepção foi o

linguista e filósofo Noam Chomsky, e sua ideia central é que cada unidade da língua, falada ou escrita, tem características próprias, delimitadas a partir das outras unidades adjacentes a ela (cf. CHOMSKY, 1957).

Como reação à noção de língua como conjunto de unidades desconectadas e descontextualizadas, surgiu a compreensão da língua como discurso, que considera a habilidade de empregar recursos linguísticos em situações concretas (HYMES, 1972), as diversas funções da linguagem (JAKOBSON, 1970; HALLIDAY, 1973) e os atos que podem ser performados por meio da fala (AUSTIN, 1962).

Já a língua como ideologia reconhece que as ideologias subjacentes aos idiomas determinam como certos grupos sociais percebem a língua em suas dimensões de sistema e de discurso. Assim, falantes estão constantemente negociando significados entre estruturas sociais e meios de expressão para os quais concorrem suas experiências socioculturais e padrões de interação (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 12).

Está claro que, ao afirmar portuguesa a língua brasileira, consideram a língua só como sistema e, no máximo, como discurso. Ignora-se a dimensão da língua como ideologia. E, conforme já notou qualquer pessoa que esteja acompanhando atentamente os movimentos de despolitização do povo brasileiro em nome de um suposto combate à ideologia, não existe combate à ideologia: existe apenas o combate a uma ideologia específica, enquanto outra é sutilmente imposta ao povo alienado do debate político.

Dessa maneira, afirmar portuguesa a língua brasileira é defender a ideologia da elite, dos grupos dominantes, subordinada aos países hegemônicos. Desse posicionamento ideológico, surgem dois pontos.

Em primeiro lugar, o povo falante não tem o direito de fazer uso da língua da forma como melhor lhe aprouver. Deve permanecer submisso a regras que vêm de cima para baixo, como se os de cima fossem mais falantes do que os de baixo. Quando ousa sair da posição subalterna, assumindo uma atitude que Cameron (1995) denomina radical, os membros da elite "alegam que a língua está sob ataque, e os radicais perguntam: que língua? Onde a língua reside, senão nas práticas de seus falantes? E

quem pode decidir quais dessas práticas são 'ataques'?" (CAMERON, 1995, p. 162).

Em segundo lugar, mesmo que se proponha a consolidação de outras formas de uso da língua que não aquelas determinadas pela elite, tais proposições não são levadas em consideração. Qualquer tentativa de organizar a língua de uma maneira que fuja ao projeto ideológico elitista é tratada com o mesmo desprezo dispensado às expressões espontâneas que também fogem ao mesmo projeto elitista, demonstrando que o que as elites consideram um problema não é contrariar normas, mas, sim, contrariar as normas específicas definidas pela elite – novamente, aquela elite que serve aos interesses dos países hegemônicos.

Uma dessas proposições é a linguagem neutra de gênero.

QUESTÕES DE GÊNERO

Na mesma linha argumentativa de uma defesa do "português" como língua falada no Brasil, existe o argumento de que os gêneros neutro e masculino do latim terminavam em pronúncias parecidas, chegando ao português como uma só palavra. Tomando como exemplo o adjetivo *todo*, as declinações no caso nominativo do latim para os gêneros masculino, feminino e neutro eram *totus*, *tota*, *totum*, respectivamente. Argumenta-se, portanto, que não chegaram até nós o masculino e o feminino, e sim, o neutro e o feminino.

Chega a ser impressionante o esforço em se utilizar de um tal malabarismo para justificar a falsa neutralidade de uma palavra que qualquer falante da nossa língua compreende como pertencente ao gênero masculino. O povo brasileiro, salvo raras exceções, não entende de latim, tampouco de historiografia linguística.

Mas entende de papéis de gênero. Entende que o homem jamais dependeu da permissão de uma mulher para dispor de seu corpo conforme sua vontade, enquanto a mulher tem sua sexualidade castrada desde a infância e sua aparência controlada por um complexo aparato social.

Entende que existem lados diferentes no debate sobre os direitos reivindicados por mulheres e pessoas de outros gêneros, mas que não existe um debate semelhante no sentido de conferir aos homens direitos que somente esses grupos possuem. Entende que para o homem é socialmente aceitável invadir o espaço de uma pessoa de outro gênero com comentários indesejados e até ofensivos sobre sua aparência ou comportamento, mas o inverso não é válido.

No campo da linguagem, é amplamente reconhecido por teóricos marxistas que a língua é a arena para a luta de classes. Afinal, membros de diferentes classes sociais fazem uso de uma mesma língua, e, portanto, confrontam valores ideológicos contraditórios por meio dos mesmos signos linguísticos (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]). Aqui, é possível fazer uma analogia da classe social com o gênero: se o estabelecimento de papéis de gênero é produto da ideologia, e se indivíduos de diversos gêneros fazem uso de um mesmo sistema linguístico, é certo que valores ideológicos contraditórios em relação ao gênero entrarão em confronto no campo da língua.

Michèle Barrett já afirmava em 1985 (p. 74) que a *ideologia do gênero* teve um papel importante na construção histórica da divisão capitalista do trabalho e da reprodução do poder do trabalho. Sim, a autora emprega o termo *ideologia do gênero* – e explica que a ideologia é fundamental na construção do gênero (BARRETT, 1985, p. 83).

Assim, é importante reforçar que o conceito de *ideologia de gênero*, ou do gênero, não foi criado recentemente, mas é “herdeiro [de uma] tradição histórica e persecutória” do conservadorismo que se opunha à tematização dos direitos das mulheres pela ONU, desde os anos 1970 (METEORO BRASIL, 2019, p. 151). O medo de uma *ideologia do gênero* ganhou corpo a partir da Conferência do Cairo, em 1994, quando representantes de diversas culturas reconhecerem a saúde reprodutiva como um direito humano – e ganhou novo fôlego no Brasil de 2011, com o reconhecimento da união estável entre casais não necessariamente

compostos por um homem e uma mulher (METEORO BRASIL, 2019, p. 152).

Assim, o fato de a nossa língua brasileira empregar o gênero masculino como genérico revela muito sobre o papel atribuído aos homens, e, conseqüentemente, às mulheres dentro da sociedade. Ao mesmo tempo, empregar o genérico masculino reforça constantemente esses papéis, ditando boa parte dos comportamentos reproduzidos por homens e mulheres.

Desde a mais tenra idade, aprendemos que homem é sinônimo de ser humano, embora as mulheres estejam em maior número na população brasileira. Crescemos ouvindo frases como “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”, “o cão é o melhor amigo do homem”. Da mesma forma, para dirigir-se a um grupo de pessoas, quem fala dirige-se a todos; a palavra *todas* implicaria, necessariamente, que todas as pessoas desse grupo são mulheres. O recado é claro: as mulheres estão incluídas no grandioso grupo dos Homens, pois não passam de uma variante do homem, o ser humano padrão. Mesmo a religião dominante no Brasil e em todo o Ocidente determina que a mulher foi criada por Deus a partir da costela de um homem, sendo este o ser humano padrão. Já o contrário, isto é, colocar a mulher como grupo genérico do qual o homem deriva, parece absurdo.

É dessa maneira que as representações de gênero na linguagem têm implicações diretas na construção dos papéis de gênero na sociedade – e aqui temos a *ideologia de gênero*, termo que vem sendo distorcido por meio do discurso ultraconservador. A *ideologia de gênero* se refere a nada mais do que à construção dos papéis de gênero desempenhados nas reações sociais. Conforme pontua De Lauretis (2019, p. 217), “a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação”.

IDENTIDADE E APAGAMENTO

Cameron (1995, p. 17) faz uma pergunta provocativa: se a identidade é preexistente à língua, por que os usuários da língua sentem a necessidade de marcar de forma tão repetitiva, por meio de suas escolhas linguísticas, as categorias identitárias às quais pertencem? Parece que Butler (1990) já havia dado a resposta: as escolhas linguísticas enquanto marcadores de categorias de identidade não só reproduzem as categorias, como se elas fossem fixas e preexistentes a quem fala, mas também participam da criação dessas mesmas categorias, que têm caráter fluido.

O fato de não percebermos o apagamento das mulheres na linguagem indica justamente o quanto ele é sério, pois já não chega a incomodar sequer as próprias mulheres. A elas cabe encontrar um meio de conformar-se ao padrão masculino, ainda que com suas peculiaridades – que só são peculiaridades porque diferem do padrão, o homem.

Nesse sentido, María Lugones nos lembra que a história da Europa se configurou a partir de um “modelo do sexo único” (LAQUEUR, 1992, p. 62). Segundo a autora,

Em um mundo que era tão esmagadoramente masculino, o modelo do sexo único demonstrava o que já era massivamente evidente na cultura: ‘homem’ é a medida de todas as coisas, e mulher não existe como uma categoria ontologicamente distinta. (LUGONES, 2014, p. 937)

A autora observa que essa é uma questão central sobre a construção do feminismo: que as nossas possibilidades de relações sociais possam apoiar-se “na comunalidade, não na subordinação” de um gênero em relação a outro (LUGONES, 2014, p. 946-947).

Para tornar a equação ainda mais complexa, vêm ganhando visibilidade as reivindicações do reconhecimento de gêneros não binários, isto é, de pessoas que não se identificam como mulheres nem como homens. São múltiplas as possibilidades: pessoas agênero, bigênero, pangênero, gênero fluido, entre outras.

Naturalmente, aprender a lidar com a ideia de que gênero é um construto social inerente à espécie humana, e não tem a ver com o sistema reprodutor ou os órgãos genitais, pode demandar algum tempo. Pessoas, de modo geral, e pessoas que vivem em um país de mentalidade colonial e subordinado à ideologia cristã e conservadora imposta pela Europa, em específico, não estão acostumadas a compreender expressões de gênero que fujam ao espectro binário. Em países como Índia e Tailândia, o estranhamento que acompanha essas expressões é menor.

Mas, essas identidades existem – a novidade é que estejam sendo devidamente nomeadas. E está claro que sempre existiram: se o Brasil é o país que mais mata travestis e mulheres transexuais em todo o mundo (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2020), é porque os perpetradores de tal violência, que atingem o ponto extremo do ódio a tudo que desafia os padrões binários impostos pela colonialidade, são justamente os primeiros a notar que essas pessoas não se identificam com os gêneros a que chamamos masculino e feminino.

É bastante sintomático que o incômodo causado pela mera sugestão de adotarmos uma linguagem neutra seja tão grande, justamente em um país que tem esse histórico. Conforme lembra Freire (2018, p. 28), a diversidade constituiu um obstáculo à implementação do projeto colonial português. Em pleno século XXI, o Brasil ainda está sob o jugo desse projeto, e ainda combate a diversidade.

Em resumo, um argumento contra a linguagem neutra que se baseia em uma língua morta como o latim considera apenas a língua como sistema, desprezando por completo seus múltiplos usos no discurso, que variam de acordo com quem fala, em que contexto e, sobretudo, em que época. Cabe aqui ressaltar a questão: ao tomar a decisão de ignorar o aspecto ideológico de uma escolha linguística, qual é a ideologia que está sendo reproduzida?

POR ONDE COMEÇAR?

Pensar em revisar as regras de uma língua pode gerar bastante desconforto. Foi assim quando da implementação de cada uma das atualizações do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Sobre esse ponto, Cameron (1995, p. 14) faz uma observação interessante: admitir que as regras da língua são, ao mesmo tempo, arbitrárias e desnecessárias, é desvalorizar a conquista de quem as domina.

O sujeito toma a apreensão da norma linguística como conquista pessoal – possivelmente motivado pelo fato de saber que essa norma vem de uma classe de pessoas pretensamente superior, o que o aproximaria, portanto, dessa superioridade. Por isso, as normas linguísticas não são como outras normas sociais, e sim, de outra ordem: “sua autoridade não é apenas uma imposição externa, mas é vivenciada como algo que parte de dentro”³ (CAMERON, 1995, p. 14).

Por sua vez, uma proposta de mudança para tornar a língua brasileira neutra do ponto de vista do gênero não vem da elite e não traz esse apelo atraente. Pelo contrário: rejeitá-la pode sinalizar a rejeição de tudo que se encontra à margem do binarismo conservador, a rejeição da ideia de pessoas que não são homens adquirirem o mesmo valor que os homens, a rejeição de tudo que representam grupos sistematicamente odiados como mulheres e pessoas não binárias.

De qualquer forma, incorporar novos pronomes e mudar toda a concordância nominal não são as únicas formas de aderir a uma linguagem neutra. Para fugir do genérico masculino, pode-se empregar substantivos comuns de dois gêneros; por exemplo, em vez de alunos, optar por *estudantes* ou *aprendizes*. Outra opção é evitar o uso do singular ao se referir a um grupo de pessoas; por exemplo, em vez de o brasileiro, dizer *o povo brasileiro*. Evitar a personalização também pode ser um bom recurso ao falar sobre uma entidade ou uma situação; por exemplo, em vez de

³ No original, “their authority is not just an external imposition, but is experienced as coming from deep inside”. Tradução minha.

colonizador europeu, *projeto europeu de colonização*. Sim, todas essas escolhas foram feitas ao longo deste capítulo! Mas, haverá momentos em que não será possível escapar aos pronomes, e aí entrarão as alternativas de gênero neutro.

Conforme reconhece o Manifesto Ile Para uma Comunicação Radicalmente Inclusiva, publicado no site da empresa de consultoria em diversidade [DIVERSITY BBOX]⁴, o próprio estranhamento que a palavra *ile* causa nos ouvidos das pessoas já é parte da mudança: nos força a ter que lidar, lembrar e reconhecer que nossos padrões não são estáticos.

Assim, *ile/dile* é uma proposta de pronome neutro, em substituição a *ela/dela* ou *ele/dele*. Outras propostas de pronomes neutros, listadas no Guia para a Linguagem Oral Não Binária ou Neutra do site Wikia.org⁵, são *el/del*, *ilu/dilu*, *elu/delu*. Esse Guia também traz outras sugestões para adaptar a língua brasileira ao gênero neutro, como usar a letra E como vogal temática, ao invés de uma consoante como X ou um sinal como a arroba (@), que dificultam a pronúncia das palavras neutras.

A existência de todas essas diretrizes, elaboradas em construção coletiva, mostram que a discussão sobre a linguagem neutra já está avançada e organizada nos meios que pautam a diversidade sexual e de gênero. Entretanto, por não se tratar de uma imposição autoritária como aquelas vindas da elite, permanece nas sombras. Marcos Bagno, linguista conhecido por seus trabalhos de análise do preconceito linguístico no Brasil, escreveu em seu perfil do Facebook em setembro de 2020⁶:

No caso das prescrições vindas do alto (academias, gramáticos etc.), é a posição hierárquica superior que levou ao sucesso dessas intervenções. Nos eufemismos, é a força da religião. Se as soluções atualmente propostas para uma linguagem inclusiva, não sexista, terão sucesso ou não, tudo depende das dinâmicas sociais. Mulheres, pessoas negras,

⁴ Disponível em: <<https://diversitybbox.com/pt/manifesto-ile-para-uma-comunicacao-radicalmente-inclusiva>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

⁵ Disponível em: <https://identidades.wikia.org/pt-br/wiki/Linguagem_n%C3%A3o-bin%C3%A1ria_ou_neutra>. Acesso em 15 fev. 2021.

⁶ Disponível em: <<https://web.facebook.com/araujobagno/posts/3437668349660877>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LGBTQI+, indígenas etc. estivemos sempre em posição subalterna, debaixo do tacão da dominância masculina, branca e (supostamente) heterossexual. Por isso, para muita gente, as propostas de linguagem inclusiva são “aberrações”, “irracionalidades”, “inutilidades” etc. Mas quando um professor de português branco famoso na mídia diz que o certo é “alugam-se salas” e não “aluga-se salas”, todo mundo se prostra e corre para obedecer.

CONSIDERAÇÕES

Conforme esclarece Veronelli (2015, p. 109-110), a virada decolonial não pretende ditar uma norma contra-hegemônica, tampouco negar as contribuições das civilizações ocidentais e da modernidade eurocêntrica para a humanidade. A proposta é abrir a opção para outras lógicas de pensar, fazer e viver, que emanam dos diversos sujeitos destituídos de agência pelo racismo moderno/colonial.

Por fim, Cameron (1995, p. 8) afirma que uma postura explicitamente contrária à gramática prescritiva pode acabar funcionando como uma espécie de prescrição, pois ambas “invocam certas normas e propagam noções específicas sobre como a língua deveria funcionar”⁷. Ao mesmo tempo, a autora reconhece que toda língua envolve algum nível de prescrição e que abandonar por completo a prescrição seria o mesmo que abandonar a própria língua (CAMERON, 1995, p. 10).

Desse modo, fecho este texto com a sugestão de que procuremos abraçar novos paradigmas de compreensão da sociedade e de expressão dessa compreensão por meio da linguagem. Se tivermos de escolher que tipo de prescrições linguísticas seguir, que sejam prescrições desafiadoras do sistema binário imposto pela colonialidade, esse sistema que relega às margens do esquecimento, do desprezo e do ódio tudo que foge ao padrão de ser humano ideal, isto é, de “homem” ideal. Conforme defende María Lugones (2014, p. 940), “não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero”.

⁷ No original, “invoke certain norms and circulate particular notions about how language ought to work”. Tradução minha.

Se toda questão social é pertinente ao âmbito da língua, que possamos fazer das nossas práticas linguísticas um campo de disputa política em favor da diversidade. Se buscamos vencer as desigualdades de gênero no Brasil, que possamos nos abrir às possibilidades da linguagem neutra.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

AUSTIN, John L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].

BARRETT, Michèle. Ideology and the Cultural Production of Gender. In: NEWTON, Judith; ROSENFELT, Deborah. **Feminist criticism and social change**. New York: Methuen, 1985, p. 65-85.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. London: Routledge, 1990.

CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. The Politics of Language. London / New York: Routledge, 1995.

CANAGARAJAH, Suresh. (Ed.). **Literacy as Translingual Practice: Between Communities and Classrooms**. New York: Routledge, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. Haia: Mouton, 1957.

CLETO, Marcelo S. A governação do local ao ciber: a Ubuntu ecológica do Sul Global. **Revista Observatório**, v. 5, n. 1, 2019, p. 428 - 454. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p428>

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Rio Amazonas**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. 95, 1976.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação: superação analética da dialética hegeliana**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo**. Um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FREIRE, José R. B. Changing Policies and Language Ideologies With Regard to Indigenous Languages in Brazil. In: CAVALCANTI, Marilda C.; MAHER, Terezinha M. (Orgs.). **Multilingual Brazil**. Language Resources, Identities and Ideologies in a Globalized World. New York / London: Routledge, 2018, pp. 27-39.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

HALLIDAY, Michael A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Arnold, 1973.

HYMES, Dell H. On communicative competence. In: PRIDE, John; HOLMES, Janet. (Orgs.). **Sociolinguistics: Selected readings**. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

JAKOBSON, Roman. **Linguística. Poética. Cinema**: Roman Jakobson no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

KUMARAVADIVELU, Bala. **Understanding language teaching**. From method to postmethod. New York: Routledge, 2006.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex**: Body and Gender from the Greeks to Freud. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

METEORO BRASIL. **Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic disobedience: the de-colonial option and the meaning of identity in politics. **Gragoatá**, 22, 2007b, 11-41.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, v. 79, 2007, p. 71-94.

SOUZA, Leonardo Barros de; DANZIATO, Leonardo José Barreira. Das relações entre identificação e nomeação: o sujeito e o significante. **Revista Subjetividades**, v. 14, n. 1, 2014, p. 53-61.

VERONELLI, Gabriela. The Coloniality of Language: Race, Expressivity, Power, and The Darker Side of Modernity. **Wagadu**, v. 13, 2015, p. 108-134.

VIEIRA, Antônio. **Sermões. Vol. 1**. Org. de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

VIRKAMA, Anna. From Othering to Understanding: Perceiving 'Culture' in Intercultural Communication, Education and Learning. In: KORHONEN, Vesa. **Cross-Cultural Lifelong Learning**. Tampere: Tampere University Press, 2010, p. 39-60.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].